

AVANÇOS E DESAFIOS NOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA DÉCADA DE 80

Sandra Vidal Nogueira*
Ovaldino Marra Rodrigues**

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo explicitar alguns avanços/desafios observados nos programas de pós-graduação *stricto-sensu* em Educação no Brasil, na década de 80, a partir de possíveis alternativas de flexibilização ao modelo atual, tendo como referência duas perspectivas de análise: histórico-político e institucional-organizacional.

PALAVRAS-CHAVE: programas de pós-graduação *stricto-sensu* em educação; história do currículo.

ADVANCES AND CHALLENGES IN PROGRAMS OF POSTGRADUATION *STRICTO SENSU* IN BRAZILIAN EDUCATION IN DECADE OF 80

ABSTRACT: The article has an objective to explain some advances/challenges observed in programs of post-graduation *strictu-sensu* in the Education in Brazil in years 80, initially with possibility alternative of flexibility to the model real, as reference two perspective of analyze: politic-historic and institutional-organizational.

KEY WORDS: programs of post-graduation *strictu-sensu* in education; history of curriculum.

Introdução

Inserida no interior das demais lutas pela redemocratização da sociedade brasileira, o movimento de reestruturação do sistema de pós-graduação em

* Pedagoga, com doutorado em Educação: Currículo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Coordenadora do Departamento de Educação, atua como docente nos cursos de graduação e pós-graduação na Escola Superior de Teologia (EST), em São Leopoldo – Rio Grande do Sul. Além disso é pesquisadora do CNPq – e-mail: svnogueira@terra.com.br / sandra@est.com.br

** Bacharel e Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia e Mes-trando em Teologia pela Escola Superior de Teologia (EST) em São Leopoldo – Rio Grande do Sul. – e-mail: dinomarra@est.com.br

Endereço: Rua Antunes Ribas, 244 - Morro do Espelho - São Leopoldo - Rio Grande do Sul; 93030250

educação impõe-se como exigência necessária, a partir dos anos 80, no contexto educacional brasileiro.

Coloca-se, desde então, como desafio, a elaboração de uma agenda de mudanças, que contemple uma pauta de negociações nos níveis intra e interprogramas, como forma de se repensar as vias de acesso à articulação interinstitucional, nas várias esferas do poder público, da sociedade civil e do setor empresarial. A análise desse contexto é desenvolvida destacando-se alguns avanços/desafios nos programas de pós-graduação *stricto-sensu* em Educação, no Brasil, na década de 80, a partir de possíveis alternativas de flexibilização ao modelo atual e, tendo como referência, duas perspectivas de análise: histórico-político e institucional-organizacional.

Situando a questão no âmbito histórico-político

Pode-se dizer que o processo de reestruturação é representativo de uma fase de internalização da pós-graduação e pressupõe o resgate no processo de institucionalização, expansão e consolidação dos programas, em função de três dimensões distintas: a ótica do desenvolvimento das áreas e sua projeção e a ótica regional. Buscando fundamento nos princípios da autonomia institucional e da flexibilização, a evolução nas formas de organização da pós-graduação é concebida por meio do trabalho coletivo, de caráter interdisciplinar.

Objetiva-se com esse direcionamento combater a quantificação da qualidade, centrando os esforços na qualificação. Ou seja, construir parâmetros de análise com base na singularidade institucional-acadêmica dos programas em termos de sua formação histórica e das peculiaridades econômicas, sociais e culturais da região em que os mesmos estão inseridos.

Partindo desse ponto de vista, alguns aspectos passaram a ser tratados com mais ênfase na delimitação dos critérios de avaliação dos programas existentes, bem como na institucionalização de novas modalidades de cursos de pós-graduação. São eles: a lógica da estrutura social mais ampla; a lógica do mercado de profissões; a lógica que preside o sistema educacional em relação à modalidade específica, bem como a caracterização social da clientela.

Nesse contexto, destaca-se a função política de intermediação no planejamento das ações, exercida pelos foros de debates e que, circunscrita ao âmbito de sua representatividade, vem desempenhando, na atualidade, um importante papel no cenário da pós-graduação brasileira. Um bom exemplo disso é a atuação do FOPROP, em especial no biênio 95-96, como proponente de políticas, tanto nos processos decisórios para a elaboração do IV Plano Nacional de Pós-Graduação, quanto na coordenação dos trabalhos de organização dos Planos Regionais.

Em se tratando da pós-graduação na área de educação, em particular, é possível observar que apesar do acelerado processo de expansão ocorrido nas

últimas décadas, aliada ao significativo avanço teórico e à melhoria da qualidade na produção, ela foi mantida sob a tutela dos órgãos de um Estado tecnocrático. Sofreu, todavia, a influência de mudanças que aconteceram na década de 80, em que o espaço universitário é colocado em cheque, na condição de instituição científica, sistema educacional e de formação profissional.

Como principais bandeiras de luta aparecem, nesse momento histórico, a defesa pela autonomia e a democratização da universidade. Em decorrência disso, há que se resgatar a própria função social exercida pela pós-graduação em educação, no que tange ao significado atribuído:

- à configuração das propostas político-pedagógicas;
- à filosofia subjacente à política institucional que mantém os cursos;

- ao tipo de profissional que se pretende formar;
- à natureza dos trabalhos exigidos para conclusão do curso e,
- ao papel que desempenha no sistema educacional brasileiro.

O que se pretende, na realidade, é o redimensionamento político-acadêmico desses programas através do entendimento acerca do tempo de consolidação da instituição, ou seja, dos vínculos estabelecidos entre a história da pós-graduação, a história e a política da instituição, o estágio de desenvolvimento científico da área, as políticas delineadas pelas agências de fomento e a vocação regional específica.

Todo esse processo pode ser traduzido num árduo exercício de superar a fragmentação do conhecimento oriunda da organização inicial da pós-graduação em educação, que se fundamentava no paradigma técnico-linear, sendo estruturada a partir de campos do conhecimento demarcados pelas áreas de concentração.

Algumas proposições para redefinir a organização dos programas e a relação pedagógica predominante

Nessa perspectiva, são, pois, definidas como principais diretrizes para a ação: a redefinição do fazer pedagógico, a partir da substituição da relação privada professor/a-aluno/a por uma relação de trabalho coletivo e a ampliação da análise do educativo e do pedagógico como fatores sociais.

Com base nessas diretrizes, a elaboração do ideário pedagógico da pós-graduação em educação vai sendo alicerçada em conformidade com novas categorias transformadoras, concebidas como princípios norteadores do processo de reestruturação, quais sejam: a flexibilidade curricular, a interdisciplinaridade e a relação ensino-pesquisa.

O princípio da *flexibilidade curricular* potencializa as discussões

numa perspectiva antagônica à da lógica unidimensional, ou seja, a transposição das barreiras da lógica disciplinar e combate a determinados mitos prevalentes na educação, tais como a universalidade dos conteúdos disciplinares, ou mesmo a linearidade e a temporalidade na construção do conhecimento. As opções curriculares são repensadas, desse modo, de acordo com suas possibilidades emancipatórias.

A interdisciplinaridade, por sua vez, entendida como princípio dinâmico na organização do saber pressupõe a interação e o diálogo, tendo em vista o equilíbrio entre a natureza fragmentária e a síntese simplificadora. Configurando-se como necessidade e desafio da atual materialidade histórica, subjazem à composição do corpo docente e discente, a estrutura curricular e a produção acadêmica, expressando, no entanto, um grande problema a ser enfrentado nos plano material, histórico-cultural e epistemológico.

Já o princípio da relação ensino-pesquisa é proposto de modo a promover a reorganização interna dos programas através da constituição de *núcleos de pesquisa*. Com o firme propósito de superar os limites impostos pelo modelo estruturado em áreas de concentração e partindo da idéia do conhecimento em rede, os eixos articuladores do processo ensino-pesquisa são redefinidos em função dos interesses e necessidades manifestados na gestão colegiada desse processo.

Uma análise da dimensão institucional-organizacional

Em relação à dimensão institucional-organizacional observa-se uma preocupação voltada para a redescoberta do perfil acadêmico da pós-graduação em educação. Decorrem daí mudanças substanciais nos critérios de seleção do corpo docente e discente, na participação dos/as docentes-pesquisadores/as e pós-graduandos nos processos decisórios dos programas, nas concepções de trabalho docente, bem como no entendimento sobre o processo de elaboração, apropriação e socialização do conhecimento produzido, via pesquisa.

Representando, assim, uma conquista política e ética na busca pela democratização dos critérios de seleção, organização, representação e socialização do saber institucionalizado, a construção curricular nos programas vai se processando sob a ótica de uma atividade constitutiva de conhecimentos socialmente válidos, produzindo identidades e subjetividades sociais determinadas.

Na intenção de estreitar os vínculos entre a prática educativa e a dinâmica social, estabelecendo nexos com a ação intersocial, interprogramas e interuniversidades, as atividades de ensino, pesquisa e extensão são ampliadas para atender às demandas concretas e, dentre as iniciativas apresentadas com tal objetivo, merecem lugar de destaque:

- a viabilização de acordos de cooperação nacional e internacional;

- a criação e consolidação de núcleos temático-interdisciplinares;
- os projetos de iniciação científica (graduação e pós-graduação);

- as propostas de integração entre os níveis *lato* e *stricto-sensu*;

Por meio dessas possibilidades, pretende-se, no plano acadêmico-epistemológico, rever a noção de cursos por disciplina em prol da proposição de cursos por atividade. Isso significa, em última análise, a consolidação de um novo princípio organizacional de currículo como fonte geradora de pesquisa e de produção do conhecimento, ou seja, os núcleos de pesquisa.

Criados para dar condições de institucionalização e consolidação das várias linhas de pesquisa ou eixos temáticos dos programas, os núcleos têm-se configurado como tal a partir da conjugação dos esforços isolados de docentes em suas próprias equipes de trabalho. Visando promover, orientar e realizar atividades com enfoque interdisciplinar, transformando a aprendizagem em pesquisa num contexto de produção do conhecimento, esses núcleos são estruturados com base na própria pesquisa por meio da integração entre diferentes áreas e/ou atividades.

Enquanto a constituição das áreas de concentração tem como referência as disciplinas ou áreas aplicadas, a dinâmica de formação dos núcleos encontra respaldo no tripé *ensino-pesquisa-extensão* e viabiliza-se através de seminários temáticos e de pesquisa, estudos orientados, atividades programadas etc.

Caracterizando-se, desse modo, como um espaço de criação coletiva, supõe uma prática essencialmente democrática, solidária e emancipatória, onde se vivencia o pluralismo cultural e ideológico de posições, conflitos e contradições. Além disso, requer o fortalecimento das ações de pesquisas dos/as docentes-pesquisadores/as e pós-graduandos/as, constituindo-se no eixo de convergência das discussões em nível interno dos programas e no contexto acadêmico mais amplo.

Outro aspecto a ser considerado é o tratamento dispensado às atividades de extensão. As parcerias entre as Universidades e Secretarias de Educação dos Estados e Municípios, no âmbito, tanto da produção quanto da socialização do conhecimento, vão sendo cada vez mais valorizadas. Tendo como ponto de partida a prestação de serviços entendida como produção de conhecimento, os cursos ministrados são organizados como uma instância acadêmica de caráter científico e pedagógico.

Surgem, ainda, experiências bem sucedidas, como, por exemplo, as oficinas de produção de textos e as propostas de orientação colegiada de dissertações e teses. Esse tipo de iniciativa possibilita o resgate das dimensões institucional e interpessoal do processo de produção coletiva, sendo, pois, efetivada de maneira articulada num contexto grupal, a partir de uma temática de pesquisa

comum, estudada de forma multifacetada.

Porém, apesar dos avanços conquistados no plano teórico-conceitual com relação à crítica, à ideologia e à função social da escola, constata-se que determinados problemas da estrutura anterior mostram-se recorrentes. Caberia, portanto, potencializar avanços, em termos:

- da revisão na concepção do espaço-tempo da sala de aula;
- das contradições entre trabalho individual e trabalho coletivo;
- da dicotomia ensino e pesquisa;
- da superação da relação bipolar no processo de orientação.

Acrescentam-se a essas prioridades, de modo particular, como uma das tendências marcantes no processo de reestruturação, a integração entre graduação e pós-graduação. A partir das reflexões ensejadas, por ocasião das discussões com vistas à elaboração de um possível IV Plano Nacional de Pós-Graduação¹, alguns itens precisam ser considerados. São eles:

- a criação de fóruns regionais de pró-reitorias de graduação e pós-graduação para definir estratégias de integração e melhoria de ambos os segmentos;
- o fortalecimento e a expansão dos programas de apoio a graduação e pós-graduação;
- a reflexão sobre os programas e possibilidades de formalização da licenciatura e de outros cursos de formação de docentes, ampliando a discussão dos programas de pós-graduação no tocante à formação docente;
- o incentivo e a valorização do professor qualificado no exercício de ensino na graduação, sendo este um dos critérios básicos na avaliação dos programas de pós-graduação;
- a promoção de atividades de pesquisa na graduação com a participação de pós-graduandos/as, através do reforço a propostas de docência orientada;
- o estabelecimento de propostas de revisão na conceituação e aplicabilidade dos currículos mínimos permitindo a flexibilidade e atrelando-a ao princípio da autonomia universitária.

Em vista do exposto, pode-se concluir, a partir da adoção de uma nova perspectiva de trabalho, que a formação em nível de pós-graduação é vislumbrada de modo diferenciado, para além da simples realização de créditos numa determinada disciplina ou mesmo da conclusão das dissertações ou teses. Significa, em essência, um exercício de coordenação de grupos de participação em núcleos

¹ Desencadeadas no “Seminário Nacional de Discussão da Pós-Graduação Brasileira”, realizado em Brasília, no período de 4 a 5 de dezembro de 1996.

de pesquisa, de acompanhamento de orientação de outras dissertações e teses, além de contemplar uma aprendizagem específica de captar recursos.

Todo esse movimento de reestruturação do sistema de pós-graduação brasileiro representa um processo de formação continuada no sentido de ultrapassar os limites do discurso metafórico da relação ensino-pesquisa e conquistar a cidadania acadêmica por meio da reflexão sobre a *práxis* transformadora da produção e socialização do conhecimento em educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANCIBIA, M. A. **A questão das linhas de pesquisa na pós-graduação na década de 80**. Belo Horizonte, 1992. 90 f. Dissertação - Universidade Federal de Minas Gerais, 1992.

CÓRDOVA, R. A. et al. **A pós-graduação na América Latina: o caso brasileiro**. Brasília, UNESCO/CESALC/MEC/SESu/CAPES, 1986.

CNPq. **Avaliação e perspectivas na área de educação**: sinopse. Brasília, CNPq, 1978.

CNPq & SEPLAN. **Avaliação e perspectivas na área de educação**: sinopse. Brasília, CNPq/SEPLAN, 1982.

CUNHA, L. A. A pós-graduação no Brasil: função técnica e função social. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 14, n. 5, p. 66-70, set./out., 1974.

CURY, C. R. J. Política de pós-graduação em educação e pesquisa em educação. **Cadernos ANPED: nova fase**. Rio Grande do Sul, ANPED, v. 3, p. 7-24, 1991.

FÁVERO, O. A produção e a disseminação do conhecimento em educação. **Boletim ANPED: reabrindo um debate - produção e disseminação do conhecimento na área educacional**. Rio de Janeiro, ANPED v. 9, n. 1, p. 44-50, jan./mar., 1987.

_____. A trajetória da pós-graduação em educação no âmbito institucional. In: ANPED. **Avaliação e perspectivas na área de educação**. Porto Alegre, ANPED/CNPq.

_____. Análise crítica das tendências de reestruturação dos programas de pós-graduação. In: CASALI, A. M. D.; NOGUEIRA, S. V.; TOZZI, D. A. (Org.). **A relação universidade/rede pública de ensino: desafios à reorganização da pós-graduação em educação**. São Paulo, EDUC/FDE.

NOGUEIRA, S. V. **O movimento de reestruturação dos programas de pós-graduação em educação nos anos 80: tendências e perspectivas**. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado em